

Nome: Libertarianismo	Endereço: www.libertarianismo.com
Data: 19/04/2009	Mídia: Site/Jornal

Liberdade e Protecionismo - II de III

Palestra pronunciada no XXII Forum da Liberdade em Porto Alegre, com o tema 'Cultura da Liberdade', em 6 e 7 de Abril, de 2009. Realização do Instituto de Estudos Empresariais – IEE.

Também aumentam as chances de que outros países "paguem com a mesma moeda", e pouco a pouco isso gere um efeito dominó em que as nações entrem numa guerra comercial. Isolados os países, eliminado o comércio entre eles, haverá uma maior propensão para iniciar-se uma guerra de uns contra os outros. Perde-se a paz.

As consequências involuntárias do protecionismo podem ser resumidas assim: A estrada para o inferno está pavimentada de boas intenções. Os resultados, apesar dos louváveis objetivos esperados do protecionismo, são devastadores. Aumenta a pobreza, pela destruição de riqueza e da forma de criá-la.

Há outro ditado cheio de sabedoria, que diz que aqueles que não analisam a história estão condenados a repeti-la. Se olharmos para trás e observarmos a história da humanidade, poderemos encontrar inúmeros exemplos das consequências involuntárias e nefastas do protecionismo. Entre estes exemplos está a Grande Depressão da década de 30, em que os governantes da época optaram pela solução do protecionismo, aplicando muitas das ferramentas acima mencionadas.

Resultado: prolongamento da crise, extensão dela a outros países, guerra comercial, pobreza, regulamentação que asfixiou a indústria e a demora de décadas para recuperação da economia. Além disso, a história da América Latina está cheia de exemplos de protecionismo que ainda hoje estão em vigor, e explicam claramente a pobreza que se verifica em nosso subcontinente.

O que faz hoje o governo Obama parece seguir os mesmos passos de muitos de nossos países. Os Estados Unidos estão se latinoamericanizando.

Isto nos leva necessariamente a perguntar por quê, apesar dos efeitos nocivos do protecionismo, cujos fracassos a história demonstra assaz claramente, muitas pessoas e líderes políticos insistem em adotá-lo novamente nesses tempos de crise?

Algumas respostas que podemos testar são as seguintes:

I - Grupos ávidos por conquistar privilégios, ou defender os seus interesses às custas do bem-estar da maioria, aproveitam a situação de crise para tentar convencer os que decidem, no governo, a tomar algumas medidas protecionistas. Sob a alegação de que o custo dessas medidas muitas vezes se dilui entre todos os consumidores, o que não encoraja nenhum deles a reclamar compensação, nos serviços de proteção ao consumidor, pelo incremento de preço de algum artigo no mercado.

II - Os benefícios do livre comércio, que é o oposto do protecionismo, são distribuídos entre todos os agentes econômicos na sociedade, e por vezes são difíceis de quantificar. Ou, seu benefício é relativamente baixo, embora os custos sejam concentrados e em geral de fácil identificação. Assim como seria instantânea a percepção do fechamento de uma indústria, por não poder competir com produtos mais baratos e de melhor qualidade fabricados em outro país. Este empresário e seus trabalhadores são fáceis de identificar, e se tornam objeto de políticas públicas para tentar obter seu apoio para aqueles que estão no poder e assim possam nele permanecer.

III - O comércio é um fenômeno global, e a política é nacional. Se o desemprego aumenta devido à concorrência de produtos melhores e mais baratos fabricados em outro país, a pressão política é para resolver o problema corrente, argumentando que se está defendendo os postos de trabalho no seu país e não se quer facilitar a exportação de empregos.

IV - Por último, o que poderia ser chamado de "ignorância bem-intencionada" sobre as consequências do protecionismo por parte da maioria das pessoas que hoje são a favor de alguma forma de proteção. Porém, mais importante ainda é a ignorância bastante generalizada sobre como criar riqueza.

Se o protecionismo cria pobreza e destrói riqueza, além da forma de criá-la, a pergunta necessária então é: como criar riqueza?

Para isso, devemos primeiro que tudo compreender que todos os seres humanos precisamos consumir bens e serviços para a nossa subsistência e bem-estar. Temos necessidades de consumo que podem ser resolvidas de forma auto-suficiente, em que cada pessoa usa a sua inteligência, suas habilidades e meios existentes para produzir, cada um por si, tudo que se precisa para viver; ou em cooperação com outros. O ser humano resolveu essas necessidades, cada um por si mesmo, até que descobriu (com Adam Smith – N. do T.) o princípio da especialização e do intercâmbio, segundo o qual duas ou mais pessoas podem resolver melhor suas necessidades de consumo se, em vez de produzirem tudo o que desejam consumir, cada uma emprega seus recursos e esforços para produzir

os bens e serviços que possa produzir melhor e, em seguida, troca-os por bens produzidos por outros, e que sejam oferecidos em condições vantajosas para ela. A ampla aplicação generalizada deste sistema dá vida ao princípio da especialização e do intercâmbio, uma intrincada rede de interrelações e interdependências, em que cada pessoa produz um bem, ou muito poucos, e adquire, para seu consumo, todos os outros através do processo troca.

Este sistema de especialização e intercâmbio, que poderia também chamar-se de sistema de mercado, ou de um sistema de criação de riqueza, tem as seguintes características que merecem ser destacadas:

A primeira é que a satisfação das necessidades dos consumidores é o que move todo o sistema. A essência da criação de riqueza e bem-estar consiste em que cada pessoa encontre a melhor solução para cada uma de suas necessidades de consumo, em qualquer lugar do mundo. O motor não é a produção, como erroneamente se crê. De fato, uma atividade produtiva gera bem-estar somente quando o produto resolve uma necessidade de consumo, e quanto melhor seja a solução, maior é a riqueza criada. Isto é assim porque a redução do preço de um bem enriquece a todos que o consomem, e portanto, também enriquece a todos os produtores de bens cujo aumento da procura os motiva a produzir sempre mais, e com a melhor relação de custo/benefício para o consumidor.

A segunda é que, como todas as pessoas estamos interligadas e somos interdependentes, qualquer aumento ou diminuição da produtividade tem um efeito através de todo o sistema, com implicações em muitos ou em todos os demais agentes econômicos.

A terceira é que o princípio da especialização e do intercâmbio transcendem qualquer limite ou fronteira política. Os que comerciamos somos as pessoas, e não os países.

Por outro lado, para que o sistema de especialização e intercâmbio gere o máximo de riqueza e se distribua da melhor maneira entre os agentes, outra característica desta é que é absolutamente necessário que se respeitem os direitos de propriedade de todos os participantes, incluindo o direito de cada indivíduo dispor dos seus bens da maneira que preferir.

Este direito lhe confere absoluta liberdade para decidir o que produzir, com quem intercambiar e em que condições fazê-lo. Qualquer restrição sobre o intercâmbio de mercadorias, ou seja, ao livre comércio, implica uma negação do direito de propriedade e, necessariamente, uma redução dos benefícios derivados da especialização e do intercâmbio, porque esta restrição exclui melhores formas de satisfazer algumas necessidades de consumo dos consumidores.

Manuel Ayau o indica em seu livro "Um jogo que não tem soma zero", à medida que a especialização aumenta a produtividade individual de cada fabricante em seu próprio campo, baixa seu custo de oportunidade, o qual, por sua vez, aumenta as diferenças entre as qualificações. À medida que seus custos caem, cada um pode oferecer maior quantidade a menor custo, incrementando assim os benefícios e a riqueza de todos.

E, uma vez que os intercâmbios voluntários ocorrem somente se ambas as partes esperam receber mais do que seu custo de oportunidade, que é o que entregam em troca, a diferença é o lucro. E uma vez que as pessoas sempre tenham outras satisfações alternativas, escolherão para comerciar com aqueles que os enriquecerem mais. Assim, numa economia de mercado não se pode fazer fortuna às custas dos outros, mas apenas oferecendo aos outros uma melhor opção, isto é, tornando-os mais ricos, ou menos pobres.

O sistema de especialização e intercâmbio também exige que as relações entre as pessoas envolvidas nele tenham de ser de forma estritamente voluntária. Um intercâmbio livre não ocorre a menos que beneficie as partes envolvidas na transação. Não é um jogo de soma zero, mas que seja mutuamente enriquecedor. Não vale usar a força ou o engano para se intercambiar com alguém. Ninguém deve impedir que uma pessoa satisfaça as necessidades de consumo de outra, dentro dos termos que a ambas lhes convenham.

Quando o Estado usa seu poder para obrigar qualquer participante no sistema de trocas a dispor dos seus bens de uma maneira diferente da que deseja, ou para dar-lhe um outro valor, ou seja, do uso que essa pessoa lhe daria em liberdade, tal como acontece com o controle governamental de preços ou com as barreiras alfandegárias, o resultado é o enriquecimento de alguns através de transferências impostas pelo governo e do empobrecimento da sociedade.

Finalmente, quando dois ou mais fornecedores concorrentes desejam satisfazer qualquer nova necessidade dos compradores do mercado com seus produtos, a única forma aceitável para resolver o "conflito" é a concorrência entre eles e a livre escolha dos compradores. Sem concorrência não há entrada de novos agentes econômicos no sistema do mercado, nem surgem melhores soluções para as necessidades dos consumidores, pela busca incessante de aperfeiçoamento da qualidade com melhores preços por parte dos fabricantes já existentes. A concorrência enriquece a todos.

Que o sistema de livre intercâmbio e especialização seja tão mal compreendido é, sem dúvida, uma das principais causas da pobreza. Mas também, quando por ignorância se utiliza o poder coercitivo do Estado para impedir esse livre intercâmbio entre as pessoas, impedindo-o ou restringindo-o, se incorre, ademais, em afetar um dos mais preciosos atributos dos seres humanos: a liberdade.



Por isso, para criar riqueza é necessária a liberdade para comerciar, para empreender e para trabalhar. Liberdade para adquirir propriedade e para dela dispor. Liberdade de oferecer e de escolher. Liberdade para as pessoas se relacionam entre si. Liberdade para as pessoas buscarem a própria felicidade da maneira que melhor lhes aprouver.

Temos uma grande tarefa pela frente. Educar sobre o valor do livre intercâmbio, do sistema de especialização e de divisão do trabalho, sobre o papel da liberdade de criar riqueza e reduzir a pobreza. Quanto mais pessoas abraçarem este ideal, mais perto estará o dia em que poderemos viver em liberdade, com maior prosperidade e felicidade.